

CLÁUDIA SANTANA SANTOS NOGUEIRA

A GESTÃO DO LAZER EM ESPAÇO PÚBLICO URBANO: um estudo de caso do
parque dos Amendoeiras, no município de Contagem-MG

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG

2019

CLÁUDIA SANTANA SANTOS NOGUEIRA

A GESTÃO DO LAZER EM ESPAÇO PÚBLICO URBANO: um estudo de caso do
parque dos Amendoeiras, no município de Contagem-MG

Trabalho de conclusão de curso, requisito parcial
para obtenção do título de graduação em Educação
Física da Escola de Educação Física, Fisioterapia e
Terapia Ocupacional da Universidade Federal de
Minas Gerais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Cláudia Porfírio Couto

Belo Horizonte
2019

RESUMO

As cidades são os espaços urbanos onde podemos democratizar o lazer e os equipamentos para as práticas de lazer através de políticas públicas que visam o uso e ocupação do espaço público. Constituindo-se como um ator político fundamental e polo central na articulação entre sociedade civil, iniciativa privada e as diferentes instâncias governamentais, devendo ser capaz de incentivar a cooperação social na busca de respostas aos problemas sociais. Deve também estabelecer princípios e diretrizes de gestão democrática visando garantir a participação da população no processo de formulação, execução e acompanhamento de programas e projetos. O objetivo deste estudo foi compreender como funciona a gestão no espaço público urbano de lazer no parque dos Amendoeiras, analisar a participação popular no processo de gestão neste local e entender a dinâmica entre poder público, sociedade local, ONGs e empresas privadas no parque. Como metodologia, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, além de entrevistas semiestruturadas com representantes dos gestores públicos, das empresas privadas, ONGs e do parque. Foi realizada uma análise de conteúdo das entrevistas e depois feita uma divisão por categorias que respondesse aos objetivos proposto deste trabalho. Como resultado encontrei diversas secretarias municipais envolvidas no espaço público urbano. Os projetos de lazer são desenvolvidos a partir de parcerias entre a gestão pública municipal e instituições ou grupo de pessoas. O direito ao lazer no parque dos Amendoeiras tem sido alvo de objetivos políticos. O planejamento, realização, avaliação e continuidade das políticas públicas de lazer do local não atende as demandas da comunidade. Existe a ausência de participação no processo de concepção, operacionalização e acompanhamento destas políticas. Há despreparo de políticos e gestores à frente das políticas de lazer bem como falta de estrutura organizacional nos projetos desenvolvidos no parque, local que deveria ser espaço de construção de cidadania e garantia de direitos.

Palavras-chave: Lazer. Gestão do lazer. Espaços públicos urbanos.

Sumário

1	INTRODUÇÃO	4
2	OBJETIVOS	7
2.1	OBJETIVO GERAL	7
2.2	OBJETIVO ESPECÍFICO	8
3	JUSTIFICATIVA	8
4	METODOLOGIA	9
5	LAZER E ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS	10
6	A GESTÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS	12
7	O ESPAÇO PÚBLICO DE LAZER DO PARQUE DOS AMENDOEIRAS	16
7.1	PARQUE DOS AMENDOEIRAS	17
8	A GESTÃO DOS PROJETOS DE LAZER DO PARQUE DOS AMENDOEIRAS	23
8.1	PROJETOS DE LAZER	23
8.1.1	Prática Contagem	23
8.1.2	Movimenta Contagem	23
8.1.3	Projeto saúde não tem idade	25
8.1.4	Baile da Terceira Idade	26
8.1.5	Guerreiras da terceira idade	27
8.1.6	Voluntários	28
8.2	A GESTÃO DOS PROJETOS	29
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
	REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

O artigo sexto, da Constituição Brasileira, define o lazer como um dos direitos sociais junto a outros direitos, como a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. O Artigo 217, parágrafo 3º afirma que “O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social”. (BRASIL, 1988)

Pensar o lazer na perspectiva do direito social significa compreender que sendo o Estado responsável por cumprir tal dever, deve oferecer aos cidadãos o usufruto do mesmo.

Cidadão é um indivíduo que tem vínculo com o Estado, sendo portador de direitos e deveres fixados, estando implícito na ideia de cidadania o princípio da igualdade. Como destaca Carvalho (2002 *apud* ISAYAMA, 2006), a noção de cidadania, tal como desenvolvida no mundo ocidental, configura um ideal talvez inatingível, dado que a cidadania plena combina liberdade, participação e igualdade para todos.

Marshal (1967 *apud* STAREPRAVO, 2011) divide a cidadania em três conjuntos de direitos: direitos civis, direitos políticos e direitos sociais. Os direitos civis podem ser caracterizados como os que concretizam a liberdade individual (livre movimentação, pensamento, celebrar contratos, adquirir propriedade); os direitos políticos são aqueles que compõem, no seu conjunto, a prerrogativa de participar do poder político; (a elegibilidade e o exercício do voto); os direitos sociais equivalem à prerrogativa de acesso a um mínimo de bem-estar e segurança materiais, o que pode ser interpretado como o acesso de todos os indivíduos ao nível mais elementar de participação no padrão de civilização vigente (SAES, 2003 *apud* SILVEIRA, 2013).

Sendo assim, os direitos sociais permitem reduzir os excessos de desigualdade e garantir um mínimo de bem estar para todos, devendo ser viabilizado pela intervenção ativa do Estado de forma positiva, ou seja, através de políticas sociais.

O sistema social de um país democrático está estruturado em três setores que interagem e se fiscalizam reciprocamente, são eles: O Estado como primeiro setor tem sua ação traduzida pelas políticas públicas quer sejam federais, estaduais ou municipais; o segundo setor é representado pelo capital, ou empresas atuando

diretamente no financiamento dos projetos, a partir da responsabilidade social das empresas e o terceiro setor representado pelas ONGs e organizações Cívicas, em parceria com empresas, universidades, poder público ou individualmente assume um compromisso social de desenvolvimento de ações que priorizam o desenvolvimento humano das pessoas envolvidas.

É importante compreender que políticas públicas de esporte e lazer estão circunscritas a garantia do acesso a direitos sociais, que estão arrançadas como políticas setoriais, e que são uma estratégia do Estado para ocasionar um determinado impacto na sociedade, porém, não dão conta de entender a complexidade do processo de formulação e implementação dessas (STAREPRAVO, 2011). E nesse contexto é relevante compreender o que diz respeito a própria semântica da palavra política. Na língua portuguesa a palavra política pode ter variadas conotações, que no fundo se referem a diferentes etapas do processo político. Na língua inglesa, há diferenciação, através dos termos *polity*, *politics* e *policy*. Castellani Filho (2006) analisa as políticas públicas em três dimensões: *Polity*, expressa na opinião dele como esfera que se contrapõe à sociedade civil e que corresponde à ordem política, ao sistema jurídico que lhe dá a sustentação, e às estruturas político-administrativas constitucionais do Estado; *Politics*, que tem como referência a atividade ou os processos políticos, quase sempre conflituosos, que se estabelecem entre agentes na disputa eleitoral, na disputa para cargos e no atendimento de interesse; *Policies* é identifica-lo com os próprios conteúdos da ação governamental, incluindo-se a configuração de programas e projetos e os processos de elaboração, execução e avaliação dos mesmos.

Uma política pública diz respeito à ação das autoridades públicas da sociedade, referindo-se àquilo que os governos produzem, para alcançar determinados resultados, através de alguns meios.

Como o poder é desigualmente distribuído em uma sociedade, os processos políticos envolvidos na constituição de uma política não se limitam a identificação de um problema que demande intervenção governamental. É preciso também que se torne um problema político, ocasionando a partir de articulação e mobilização política dos diversos atores sociais envolvidos com a demanda para se conseguir que a situação entre na agenda governamental. (MENICUCCI, 2006)

As políticas públicas que tem como ponto de partida a tematização de questões em espaços públicos e sua conversão em ideias e projetos sociopolíticos,

que pressupõe a interação de coalizões promotoras ou a ação de um conjunto de atores, portadores de ideias reformadoras e inovadoras, constituem as chamadas redes societárias ou *policy networks*.

Segundo Menicucci (2006), essas redes são formadas por um conjunto de atores envolvidos na disputa pelo reconhecimento de uma questão como um assunto público e incluem desde a restrita comunidade de especialistas até grupos de interesses, movimentos sociais, redes societárias temáticas, atores governamentais, que por meio da cooperação, buscam atingir seus objetivos.

A constituição de agendas é sempre um mecanismo altamente seletivo que envolve a concorrência entre problemas e hierarquias de prioridades heterogêneas. A incorporação de um problema traduz à agenda divergências de opinião, normas, interesses, percepções e juízo cognitivos que atravessam a opinião pública. De tal forma que a transformação de um fenômeno qualquer em um problema que deve ser objeto de uma política pública é uma construção social a partir da conversão de ideias em projetos políticos.

Para definição de conteúdos e estratégias para uma política de lazer é preciso o desenvolvimento de conhecimento e produção teórica, capacitação de profissionais, veiculação de ideias e aglutinação de pensamento crítico e criativo (MENICUCCI, 2006). A participação da sociedade nesse processo é fundamental, principalmente no caso do lazer, dada sua reconhecida inserção no âmbito cultural, estando, portanto, relacionado a valores, representações e sentidos atribuídos pelo conjunto de pessoas de um grupo ou sociedade sobre determinadas ações e atividades.

Os atores sociais que constituem as *policy networks* ofertam lazer a população, mesmo que de forma localizada, em contextos sociais bastante específicos através de programas e projetos de lazer considerados sociais. Estes se organizam por iniciativas individuais ou através de instituições e fazem parte do emaranhado de grupos que compõe o que se convencionou chamar de “Terceiro Setor” ou “Sociedade civil Organizada”

Segundo COUTO e COUTO (2011), projeto é um conjunto de atividades concretas, coordenadas e inter-relacionadas, porém com orientações mais específicas e objetivas para a solução dos problemas. E Deve ser desenhado com o objetivo de fomentar qualidade de vida da população e propiciar um ambiente mais justo e democrático.

Os projetos sociais, segundo Nogueira (1998 apud COUTO, 2011) permitem atender às heterogeneidades sociais às focalizações necessárias; permitem compartilhamento técnico e financeiro entre Estado e organismos internacionais, intersectorialidade, articulação com a sociedade, flexibilidade para situações inesperadas; e, além disso, a definição de seus objetivos e metas, se bem realizados permitem uma maior constatação de resultados e impactos.

Quanto à organização e a gestão, Cohen (1998 apud COUTO, 2011) afirma que os instrumentos de organização e gestão, permitem descrever a estrutura e o sistema de organização, através dos processos e das atividades estabelecidas para dar conta das metas de produção e das funções associadas ao processo de gestão.

Destaca-se a necessidade de monitoramento e avaliação dos projetos sociais, segundo Mokate (2000 apud COUTO, 2011) a avaliação e o monitoramento são estratégias e momentos que se completam. Por um lado, para se realizar a avaliação é necessária boa informação gerada pelo monitoramento. Por outro lado, o monitoramento sem avaliação não nos permite saber muita coisa sobre a relevância ou a pertinência do projeto para o alcance dos objetivos.

Sobre a estrutura do trabalho, este está dividido em duas etapas:

Na primeira, fez-se uma revisão bibliográfica e um debate teórico sobre o lazer e o espaço público. Foram também abordadas nesta sessão, questões que refletem a gestão do espaço público do lazer, suas contribuições e problemáticas enquanto espaço público frequentado pelos moradores e visitantes, posteriormente o espaço público de lazer do Parque das Amendoeiras, aspectos históricos da Cidade, da Regional e do Parque.

A segunda etapa discorre sobre os projetos de lazer, as gestões públicas, as empresas privadas, ONGs, a relação da comunidade com as políticas públicas e as problemáticas causadas pela falta de participação popular nesse planejamento e análise de dados. Por fim foi apresentado as considerações finais.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Compreender como funciona a gestão no espaço público urbano de lazer, o parque dos Amendoeiras.

2.2 Objetivo Específico

- 1- Analisar a participação popular contagense no processo de gestão do parque dos Amendoeiras.
- 2- Entender a dinâmica entre poder público, sociedade local, ONGs e empresas privadas, no parque.

3 JUSTIFICATIVA

A gestão do lazer é um tema bastante relevante. Nos textos sobre gestão, o enfoque dado ao lazer o associa diretamente ao âmbito das políticas públicas, ou o coloca entremeado ao esporte, ficando em segundo plano, sobre o viés esportivo ou da política.

As políticas públicas de lazer necessitam assegurar a todos os cidadãos o direito ao lazer. Segundo Bahia (2012, p. 58), existem duas questões primordiais que precisam estar conectadas para se garantir este direito, que são “a educação da sociedade e o compromisso político”.

É necessário compreendermos a falta de participação mais efetiva da sociedade na cobrança de políticas públicas para o lazer. Marcelino (2001 *apud* AREIAS e BORGES, 2011) alerta para o fato de que as políticas públicas devem ser orientadas para a implementação de ações planejadas e que sejam executadas coletivamente pelos setores da administração pública, contando com a participação das instituições representativas da sociedade.

Segundo Abade (2016, p.13)

o fenômeno lazer é visto, falado e estudado nos dias atuais, em atendimento às demandas do mundo moderno. Pensar o lazer, significa buscar entender como as pessoas o compreendem, exercem suas práticas e como ele foi e é produzido pela sociedade no decorrer da história.

Amaral (2014 *apud* ABADE, 2016, p.32) aponta que “temas como gestão do lazer, demandas, espaços e equipamentos têm sido mais recorrentes, contudo ainda há muito a ser estudado”. Temas como “setorialidade ou intersetorialidade, atores públicos ou privados, demandas internas ou externas ao sistema, avaliação quantitativa de resultado ou final, entre outros, ainda são poucos estudados”.

Para Vieira (2010 *apud* ABADE, 2016, p. 83), “as formas de apropriação dos espaços no âmbito do lazer podem revelar o nível de integração de determinados grupos com sua cidade, ou até mesmo, com as políticas públicas voltadas a esse fenômeno”, o que pode conceber novas relações sociais entre os sujeitos que a habita. Também é preciso levar em consideração a relação entre o frequentador e o espaço, compreendendo uma relação configurada de sentido e representações.

A pesquisa em ambientes públicos também proporciona uma “compreensão de como o espaço está constituído, das formas de apropriação pela população, das suas transformações, dos sentidos e significados a eles atribuídos” (VIEIRA 2010, *apud* ABADE, 2016, p. 89), sendo elementos de estudos para a investigação e compreensão das políticas públicas de lazer.

4 METODOLOGIA

Pesquisa qualitativa, sendo um estudo de caso no parque dos Amendoeiras, no município de Contagem/MG. A escolha deste local se deu pelo fato de ser moradora da região e desconhecer as possibilidades de lazer neste espaço. Durante a graduação realizei uma breve pesquisa sobre a dança como lazer que me levou ao parque dos Amendoeiras. Com apenas algumas horas no local constatei a diversidade e pluralidade cultural o que me fez questionar se o lazer oferecido no espaço atende aquela população.

Para o êxito dos objetivos foram realizados estudos bibliográficos, com pesquisas em estudos de dissertações e teses, monografias de graduação e pós-graduação, artigos acadêmicos e livros que dialogam com o tema gestão do lazer e espaços públicos urbanos. Também pesquisei em documentos disponibilizados, via site, pela prefeitura de Contagem ou, presencialmente, por alguns projetos identificados atuantes no local. Realizei entrevistas semiestruturadas com representantes dos gestores públicos, das empresas privadas, ONGs e do parque. Para identificar os sujeitos das entrevistas frequentei os parque dos Amendoeiras por cerca de três meses em dias e horários diferentes, coletando informações sobre as atividades que lá acontecem, identificando dia, horário, professor e coordenação. Depois de realizada a busca por representantes ou coordenadores de cada projeto, foi agendado um encontro para aplicar as entrevistas. Optou-se pelo sigilo dos

entrevistados para preservar a identidade dos mesmos. Foi realizada uma análise de conteúdo das entrevistas e depois feita uma divisão por categorias que respondesse aos objetivos proposto deste trabalho.

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Grupo de Estudos de Sociologia, Pedagogia do Esporte e do Lazer (GESPEL), pertencendo à metodologia do trabalho de doutorado, de um membro do GESPEL, aprovado no COEP (CAAE nº 67215717.5.0000.5149).

5 LAZER E ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS

Nossas cidades são os grandes espaços urbanos onde podemos democratizar o lazer e os equipamentos para as práticas de lazer, que são os objetos que organizam o espaço em função de uma determinada atividade.

Segundo Marcelino, Isayama e Linhares (2006) o crescimento acelerado da população urbana gerou uma divisão territorial nas grandes cidades onde os centros urbanos concentram a maioria dos serviços e infraestrutura, e as periferias a maior parcela da população que não dispõe de acesso ou tem acesso limitado aos direitos sociais e as políticas públicas.

As cidades podem planejar políticas públicas de lazer que visam o uso e ocupação do espaço público urbano como praças e parques e assim contribuir para o lazer como convivência social.

O espaço geográfico do lazer não é somente um espaço físico. Trata-se de um espaço político e social repleto de dimensões simbólicas que se materializam, culturalmente, no cotidiano de nossas percepções, imaginários sociais, identidades, subjetividades, sentimentos, atitudes, visões de mundo, projetos políticos de sociedade, construções intelectuais e modos de intervir em cada contexto (GOMES, 2011).

Os espaços públicos podem ser vistos como uma área de sociabilidade e lazer, e “a participação da sociedade na prática de atividades físicas, desenvolvidas no tempo livre, contribui na socialização dos participantes, favorecendo a percepção mais otimista no que diz respeito à qualidade de vida e aos espaços públicos de lazer” (ROCHA; TRIBESS; VIRTUOSO JUNIOR, 2008 *apud* ABADE, 2016, p. 111).

Ao ocupar os espaços públicos de lazer, exercemos nossa cidadania e nos tornamos agentes atuantes na dinâmica social. A administração pública e Terceiro Setor podem proporcionar que os espaços públicos sejam locais de lazer e convivência, com a elaboração de projetos capazes de dar continuidade ao uso desses espaços de forma processual.

Abade (2016, p. 13) diz que

o lazer influencia a qualidade de vida das pessoas, suas relações pessoais, culturais e formativas, sendo assim uma dimensão que dialoga com diversas esferas e que deve ser pesquisado e pensado em outras perspectivas, por meio de diferentes vivências e no desenvolvimento pessoal, social e cultural através do acesso às políticas públicas.

No processo de definições públicas relacionadas ao lazer, é indispensável a participação popular para a garantia de ações condizentes com a demanda do público alvo que se deseja beneficiar.

Segundo Amaral (2006 *apud* DE ABREU TEIXEIRA *et al.*, 2017) para o estabelecimento de políticas públicas de lazer num modelo participativo deverá ocorrer uma mudança conceitual e prática, liberando essas de estarem vinculadas, majoritariamente, a um único interesse e a uma perspectiva política assistencialista. Entretanto, um modelo participativo exige mecanismos de participação eficientes e, considerando as políticas voltadas para o lazer, é necessário ainda eliminar o distanciamento entre as reais demandas da sociedade e as percepções e decisões dos responsáveis pela formulação de políticas públicas de lazer, quando não há mecanismos de participação ou estes são insuficientes.

Marcelino (2006) diz que a participação comunitária é fundamental para o conhecimento, o valor do ambiente e da cultura, e para o incentivo a um comportamento destinado à preservação, valorização e revitalização urbanas.

Se o espaço para o lazer é privilégio de poucos, todo o esforço para a sua democratização não pode depender unicamente da construção de equipamentos específicos. Eles são importantes e sua proliferação é uma necessidade que deve ser atendida. Mas a ação democratizadora precisa abranger a conservação dos equipamentos já existentes, sua divulgação, “dessacralização”, e incentivo a utilização, através de políticas específicas, e a preservação do patrimônio ambiental urbano. (MARCELINO; ISAYAMA; LINHARES, 2006)

Estes espaços e equipamentos precisam estar adequados para o uso e apropriação, deve-se pensar na recuperação e revitalização, criar um

dimensionamento adequado da infraestrutura, reduzindo as barreiras arquitetônicas e adequando a frequência e circulação das pessoas e tipo de atividade.

Marcelino (2006) diz também que é fundamental entender todo o processo de planejamento, construção, administração e animação dos equipamentos para uma política de democratização cultural. Torna-se, assim, muito importante, a relação que se estabelece entre o público usuário, os profissionais e os equipamentos públicos de lazer, verificando o comportamento de praticantes e espectadores, uso de equipamentos específicos e não específicos, modificados ou adaptados, e expectativas de atuação profissional.

6 A GESTÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS

A partir da constituição de 88, o poder municipal no Brasil teve suas funções ampliadas, passando a ter a competência de organizar e prestar, diretamente ou sob-regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, além de ser responsável pela gestão das principais políticas sociais. Com esse processo de descentralização, o município se tornou responsável pelas principais ações que permitem assegurar a qualidade de vida dos munícipes. (MENICUCCI, 2006).

Com o aumento de suas responsabilidades, a cidade constitui-se como um ator político fundamental e polo central na articulação entre sociedade civil, iniciativa privada e as diferentes instâncias governamentais, devendo ser capaz de incentivar a cooperação social na busca de respostas integradas a diversos problemas, como emprego, educação, cultura, moradia, transporte.

Segundo Menicucci (2006) a proposta de articulação das políticas sociais se dá por meio de uma integração intersetorial e interinstitucional no desenho, implementação e gestão de políticas sociais. A intersetorialidade tem sido definida como uma nova maneira de abordar os problemas sociais, enxergando o cidadão na sua totalidade e estabelecendo uma nova lógica para a gestão da cidade, superando a forma segmentada e desarticulada em que usualmente são elaboradas e implementadas as políticas públicas, fracionadas em diferentes setores.

Nessa proposta além da articulação de atores individuais e institucionais, de organizações públicas e privadas, torna-se necessário produzir tanto uma síntese

dos diversos conhecimentos especializados quanto a articulação de práticas por meio do estabelecimento de uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviço.

Esse modelo organizacional em rede significa estabelecer um espaço de poder compartilhado e de articulação de interesses, saberes e práticas de organizações, indivíduos e grupos, sendo a rede centrada na identidade de um projeto, identificando os problemas e estabelecendo soluções.

Uma organização do trabalho que se constitua em bases territoriais possibilita articular os planos particulares de cada setor e as respectivas redes de serviço, integrando-as em uma única rede regional. Assim esta estrutura organizacional é mais permeável à participação dos cidadãos.

A descentralização intramunicipal, fortalece a autonomia de administradores regionais, deslocando a gestão e a execução das ações do centro para a periferia com a incorporação da lógica da territorialidade.

O Estatuto da Cidade estabelece princípios e diretrizes de gestão democrática, visando garantir a participação da população em todas as decisões de interesse público, prevendo-a através de suas associações representativas, no processo de elaboração, implantação e avaliação do plano diretor e na formulação, execução e acompanhamento dos demais planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano municipal. (FEDERAL, 2001)

Segundo Carneiro (2004 citado por COUTO; COUTO, 2005, p. 90) “como artífices da política os gestores realizam a mediação entre as intenções declaradas no desenho do projeto e os produtos, efeitos e impactos esperados com a intervenção”.

Sabemos que entre o desenho e o planejamento do programa e sua prática existem etapas e obstáculos que podem limitar ou interferir no resultado como a diversidade cultural, a globalização e o envolvimento de vários atores.

Segundo Nogueira (1998 *apud* COUTO; COUTO 2011) os projetos sociais se organizam sob a lógica de marcos normativos, analíticos, organizacionais e de gestão, os quais facilitam o gerenciamento de todo o processo de um projeto social.

O marco normativo se refere aos objetivos do projeto social, comum ao da sociedade a ser beneficiada e aos meios para alcançá-los; em qual área a discussão se dá, sendo fundamental uma discussão da sua área temática e qual campo o projeto se situa, especificamente os projetos de lazer que tem como caracterização

do campo de atuação oferecer oportunidades em relação a tempos e espaços de lazer, onde a comunidade possa reconhecer e apropriar do espaço desfrutando-o quando assim desejarem.

Segundo Costa (2004 *apud* COUTO; COUTO, 2011, p. 87)

o marco analítico é a dimensão da eficácia, em que o conhecimento estabelecido sobre o problema e sobre as alternativas de intervenção são os elementos críticos. Nela, se pergunta, da maneira mais informada e refletida possível, quais as causas do problema? Como as atividades e os produtos gerados podem alterar esse problema? O que funciona e como?

Com a descentralização político-administrativa, o poder público municipal é o principal responsável pelos programas e ações destinadas às crianças e aos jovens favorecendo a democratização do lazer junto aos setores organizados da sociedade civil e a participação da população como corresponsável pela formulação e controle das políticas sociais básicas tornando a gestão mais democrática.

Segundo Munhoz (2008) há preocupação do poder público com o lazer, com ações que visam o bem-estar da população, quer seja pela disponibilização de espaços, como pela alocação de equipamentos e serviços.

O marco analítico corresponde também a linha pedagógica adotada, a qual direciona a aplicação dos conteúdos, apontando o caminho que a transmissão do conhecimento deve seguir.

Segundo Couto e Couto (2011, p. 88)

o marco organizacional, é entendido como a distribuição de responsabilidades e capacidades decisórias entre os âmbitos e níveis, os mecanismos de coordenação e a definição dos processos de trabalho. Ele deve ser capaz de mostrar como são divididas as funções dentro de sua estrutura: quem responde legalmente pelo projeto, quem é responsável pela tecnologia aplicada, qual é a hierarquia - se é que existe - , quais são os processos de trabalho, quem define tais processos de trabalho, como são tomadas as decisões. Além de mostrar os caminhos adotados pelo projeto para atingir seus objetivos, que são atacar os problemas discutidos nos marcos normativo e analítico.

O marco de gestão é dado pelas modalidades de funcionamento, a administração de recursos, a flexibilidade mediante circunstâncias que requerem trocas, a articulação com o meio. O marco de gestão deve se basear nos princípios, segundo Hassenpflug (2004 *apud* COUTO; COUTO, 2011) de gestão participativa, liderança da equipe de coordenação, formação continuada das equipes, processo de planejamento participativo, avaliação processual e avaliação de resultados e fortalecimento da relação entre todos os interessados (beneficiários, colaboradores, executores, financiadores, família, comunidade, dentre outros).

Nesta linha conforme Couto e Couto (2011), gestão participativa envolve a comunidade no processo de definição de metas, objetivos, tomada de decisões e resoluções de problemas, bem como no acompanhamento e avaliação dos projetos, tornando um projeto de aprendizagem coletiva e partilha de responsabilidades, propiciando aos beneficiários melhores oportunidades e êxito ao projeto social.

Através da formação da equipe, um dos princípios da gestão, se produzem práticas inovadoras e se criam oportunidades de atualização constantes. A reflexão partilhada de cada ator produzirá um saber coletivo advindo da prática. A prática deve ser o objeto de estudo, pesquisa, o campo de aplicação do conhecimento e de análise do fazer.

O planejamento participativo é o instrumento que propicia a vivência dos princípios da gestão participativa, propiciando aprendizagem na participação, convivência dos atores envolvidos e na ação baseada na reflexão individual e coletiva. Após o registro das decisões coletivas no plano de ação, tem início a implementação das ações e seu acompanhamento, com momentos para realização de sínteses e avaliações periódicas que orientam correções de rumo, redefinições de metas e estratégicas.

Avaliação processual tem o objetivo de acompanhar e promover as correções necessárias, bem como a identificação de acertos para atingir os objetivos estabelecidos. Já a avaliação de resultados tem a função de gerar informações que possam subsidiar a tomada de decisões dos planejadores em relação ao aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido.

O último princípio da gestão, é o fortalecimento da relação entre todos os interessados, sendo fundamental para alcançar o objetivo. Sendo necessário a coordenação gerar fatos que proporcione o fortalecimento dessas relações.

A gestão do lazer nos diversos equipamentos, públicos, privados, ou do terceiro setor, deve se preocupar com a gestão dos espaços, gestão financeira, gestão do marketing, com a gestão da programação a ser oferecida e com a gestão de pessoas.

7 O ESPAÇO PÚBLICO DE LAZER DO PARQUE DOS AMENDOEIRAS

Em 1716, o Brasil era colônia de Portugal. A coroa portuguesa instalava postos de registros em várias cidades brasileiras para fiscalização e arrecadação de impostos. Um posto de registro foi instalado na Região das Abóboras.

Em torno dela, surgiu o povoado “Arraial de São Gonçalo da Contagem das Abóboras”. O nome Contagem faz referência à contagem das cabeças de gado, de escravos e mercadorias que eram taxadas no posto de fiscalização. Em 30 de agosto de 1911, Contagem foi transformada em município. Com a expansão Industrial no Brasil, a cidade foi escolhida para ser um polo industrial do Estado. Nas décadas de 60 e 70, foram criados a Cidade Industrial Juventino Dias e o Centro Industrial de Contagem (Cinco).

Contagem faz parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte. É um dos mais importantes municípios do Estado de Minas Gerais, sendo a terceira maior população de Minas Gerais com 603.442 mil habitantes (IBGE/2010).

Cerca de 99,1% de sua população vive em áreas urbanizadas. Contagem é a 3ª maior economia de Minas Gerais e a 25ª maior economia do Brasil com o PIB de 18.539.693 bilhões.

A cidade possui uma área territorial de 194,3 km², dividido em 8 regionais (Industrial, Eldorado, Ressaca, Nacional, Sede, Petrolândia, Vargem das Flores e Riacho). A jurisdição das unidades administrativas regionais é composta por bairros levando em conta a posição geográfica, sua história de ocupação e suas demandas.

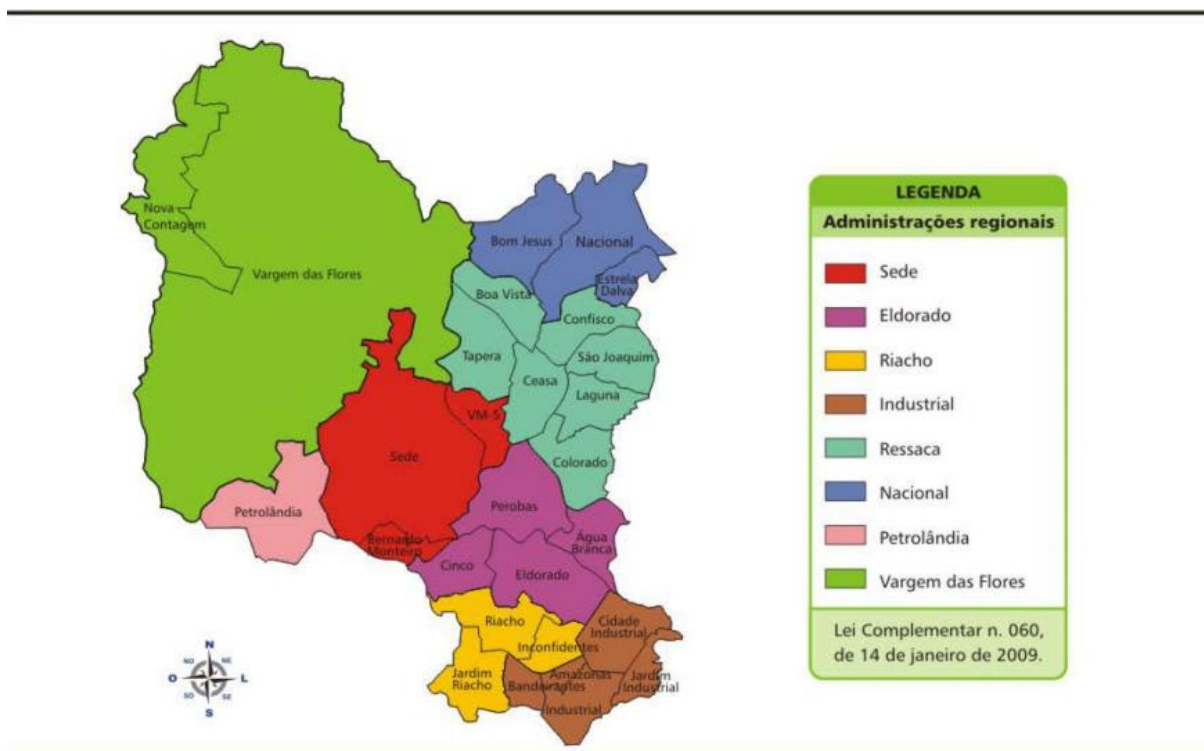
A origem da regional Nacional aconteceu pela divisão de antigas fazendas grandes glebas que se transformaram em espaço urbano, mas ainda abrigam nascentes e são refúgio de exemplares da fauna e flora do Cerrado e Mata Atlântica.

Os bairros da regional Nacional tiveram origem, em parte, do loteamento da fazenda da Gangorra e pelo processo de parcelamento, na década de 50, do complexo de lazer da Pampulha, em Belo Horizonte, para residências de campo e de finais de semana. Por causa disso, muitos moradores da Pampulha se mudaram para os bairros Xangrilá, Estrela D’Alva, São Mateus e Tijuca, em Contagem.

Não por acaso, grande parte do Nacional é ocupada por chácaras e sítios e se constitui como local de preservação de áreas verdes e numerosas nascentes que alimentam córregos como o Bom Jesus e o Tapera, da Bacia do rio das Velhas.

Cerca de 61 mil pessoas vivem atualmente nesta regional. E é nesta regional que está localizado o parque dos Amendoeirás, objeto desta investigação.

Figura 1 – Regionais de Contagem



Fonte: www.contagem.mg.gov.br

7.1 PARQUE DOS AMENDOEIRAS

O Parque dos Amendoeirás, está localizado no bairro Pedra Azul (regional Nacional), foi inaugurado no dia 1º de julho de 2012, sendo visto como um novo espaço de lazer e cultura da região.

Muito esperado pela população da regional Nacional, este importante equipamento de lazer faz parte das obras escolhidas através do Orçamento Participativo 2009, em que a população votou pela construção de um complexo esportivo.

Construído num complexo de 22 mil metros quadrados, com muita área verde e algumas nascentes, o projeto da obra buscou aliar qualidade de vida, saúde e bem-estar, atividades socioeducativas e preservação ambiental. A estrutura conta

com pista de caminhada, pista de skate, duas quadras de futebol, uma quadra poliesportiva coberta com vestiários, incluindo condições de acessibilidade, teatro de arena, centro de convivência com quatro salas que podem ser usadas como espaço para reuniões, cursos, ginásticas, encontros da terceira idade, além de playground e academia da cidade.

Figura 2 – Localização do Parque dos Amendozeiras

Legenda: 1 = quadra poliesportiva coberta com vestiários, 2 = salas, 3 = pista de skate, 4 e 5= quadras de futebol, 6 = aparelhos da academia da cidade e *playground*, 7 = pista de caminhada.



Fonte: <https://www.google.com.br/maps/preview>

Figura 3 – Entrada do Parque dos Amendozeiras



Fonte: <http://www.contagem.mg.gov.br>

Figura 4 – Pista de skate



Fonte: <http://www.contagem.mg.gov.br>

Figura 5 – Salas



Fonte: <http://www.contagem.mg.gov.br>

Figura 6 – Academia da Cidade



Fonte: <http://www.contagem.mg.gov.br>

Figura 7 – Área Verde



Fonte: <http://www.contagem.mg.gov.br>

Figura 8 – Quadra poliesportiva coberta



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 9 – Quadra de vôlei



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 10 – Quadra de futebol society



Fonte: Arquivo pessoal

8 A GESTÃO DOS PROJETOS DE LAZER DO PARQUE DOS AMENDOEIRAS

As atividades coordenadas, concretas e inter-relacionadas que são os projetos e que tem como objetivo a solução de problemas, deve fazer do espaço público urbano um ambiente mais justo e democrático.

Neste capítulo apresento os projetos de lazer, a gestão pública, do Terceiro Setor, dos voluntários e os resultados encontrados.

8.1 PROJETOS DE LAZER

8.1.1 Pratica Contagem

Programa da Prefeitura de Contagem, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Juventude em parceria com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, criado em 2018 tem como objetivo promover mais qualidade de vida para a população contagense.

As atividades ocorrem no turno matutino, são ofertadas circuito funcional, aulas de dança, grupos de corridas, funcional *kids*, alongamento, dentre outras.

O programa atende nos núcleos das oito regionais da cidade, as aulas acontecem em praças, parques, grupos de convivência e quadras de escolas, de acordo com a estrutura de cada região. A população é acompanhada por profissionais e estudantes de Educação Física, e estes passam por capacitação uma vez por mês orientado pelos coordenadores.

8.1.2 Movimenta Contagem

O programa é fruto da parceria entre a Prefeitura de Contagem e o Núcleo de Incentivo à Cidadania¹, tem caráter transversal e é uma parceria com a Secretaria Municipal de Saúde lançado em 2018.

¹ O Núcleo de incentivo a Cidadania (NIC) executor do projeto, foi fundado em 29 de outubro de 2003, é uma instituição sem fins lucrativos, voltado para o atendimento social, cultural e educacional que visa o fortalecimento dos vínculos familiares, culturais e comunitários, assim como o desenvolvimento humano dos moradores integrando-os à rede de proteção social do município e à comunidade local através dos projetos desenvolvidos e executados na instituição. Tem como missão

Tem como objetivo promover atividades educativas e incentivar interação social nas comunidades, desenvolver uma rede de informações entre as equipes multiprofissionais e oportunizar o acesso às informações sobre saúde preventiva e estimular a participação cidadã na divulgação e defesa dos direitos humanos à saúde.

Os profissionais envolvidos na execução do projeto são divididos em três equipes:

- Gestão: Coordenador Geral de Projeto, Supervisores de Projetos Sociais, Supervisor de Monitoramento, Administrador e Auxiliares de Administração.
- Execução: Profissionais de Educação Física, Fisioterapeutas, Fisioterapeuta do Trabalho, todos graduados e regularmente ativos, Instrutores de Curso Livre, (Yoga e Tai Chi Chuan), Instrutores de Arte e Cultura em Geral.
- Monitoramento e Avaliação: Profissionais de Enfermagem e Estagiário da Área de Saúde (SMS).

O público destinatário é a população do município, a partir dos 16 anos, aptos para a prática da atividade física pretendida. O público é convidado a se cadastrar espontaneamente, nos próprios locais e pelo link www.niccidadania.com.br/movimentacontagem.

As atividades acontecem em praças e espaços públicos do município e entidades filantrópicas, abrangendo todas as 8 regionais administrativas, duas vezes por semana, com duração de 1h por dia.

Resultados esperados: Conscientizar a comunidade a ter uma vida mais saudável, por meio da prática de atividades físicas frequentes; ter pelo menos 3 núcleos do projeto “Movimenta Contagem” implantados em cada uma das regionais da cidade; ter equipe de profissionais capazes de coordenar, monitorar e avaliar o programa de atividades físicas proposto; garantir a ocupação e preservação dos espaços públicos com atividades que promovam a interação social; contribuir para a redução de fatores de risco provocados pelo sedentarismo; consolidar a participação das comunidades envolvidas e o apoio das instituições parceiras; acumular informações e dados estatísticos que contribuam para o aprimoramento

garantir o acesso da população às políticas públicas, especialmente no direito à proteção social, cultural e educacional. Seu objetivo é promover, incentivar, apoiar e executar e fomentar atividades e projetos sociais que visem a melhoria na qualidade de vida do público atendido, facilitando o acesso às políticas públicas de promoção da cidadania nas áreas social, educacional e cultural.

dos estudos e pesquisas sobre a prática frequente de atividades físicas; contribuir na formulação e implementação de planos e políticas públicas de saúde para melhoria das condições de vida e saúde humana da população.

Figura 11 – Aula do Movimenta Contagem



Fonte: <http://www.niccidadania.com.br/>

8.1.3 Projeto saúde não tem idade

O “Projeto saúde não tem Idade” foi fundado por uma líder comunitária que viu a necessidade de exercer a cidadania com o objetivo de promover os direitos fundamentais por meio da promoção de serviços gratuitos para aqueles que não tinham acesso à saúde e lazer.

A associação oferece para a comunidade vários serviços gratuitos ou com preços acessíveis como advogado (consultoria), orientação sobre INSS, marcação de consultas nas especialidades clínico geral, psicologia, nutricionista, pediatria, fisioterapia, fonoaudiologia, dentre outros, curso de corte e costura, escolinha de futebol, ginástica aeróbica e localizada, hidrogenástica, musculação, natação, zumba, aulas de música, aulas de *Jiu-Jitsu* e outros.

Sua sede administrativa comporta a recepção, comunicação e administração do projeto além de receber os beneficiários para atendimento médico e consultoria.

As demais aulas são oferecidas apenas nas Regionais do Nacional e Ressaca do município de Contagem, nos espaços públicos como parques e praças, também em sítios, quadras e imóveis comerciais.

Figura 12 – Aula do Projeto saúde não tem idade



Fonte: <https://www.facebook.com/Projeto-Saúde-não-tem-Idade-216139928847811/>

8.1.4 Baile da Terceira Idade

O baile da terceira idade iniciou suas atividades em 2017, com a solicitação da população de idosos da região e administração da Regional Nacional junto a Secretaria de Meio Ambiente, para uso do espaço da quadra dentro do Parque dos Amendoeiras, e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, responsável por gerenciar os bailes do município de Contagem. Atualmente o Projeto de Vida é quem gerencia todos os bailes para a terceira idade no município.

O Projeto de Vida é uma organização não governamental, fundada em março de 1999, com a finalidade de prevenção universal ao uso indevido de drogas e o tratamento e reinserção social do dependente químico. O projeto trabalha pela promoção humana e desenvolve várias ações que visam à capacitação, requalificação para o mercado de trabalho e geração de renda, além de atividades que valorizam o convívio social e a fomentação da cidadania.

Quando iniciou suas atividades, em sua primeira reunião da Associação Comunitária de Prevenção ao uso de Drogas – Projeto de Vida, contava somente com um pequeno grupo que logo foi crescendo. Já com uma equipe maior, a entidade multiplicou o conhecimento e hoje disponibiliza várias atividades em sua sede na procura pela conscientização da vida saudável, acolhimento dos necessitados, apoio aos seus familiares e atividades sociais oferecidos a toda população de Contagem.

Através de parceria com a prefeitura Municipal de Contagem por meio da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, o projeto de Vida passou a atuar com atividades de serviços de assistência social e em grupos para a prevenção, socialização e fortalecimento do vínculo com a população idosa de Contagem, a fim de proporcionar um envelhecimento ativo, saudável e digno com atividades gratuitas.

Figura 13 – Baile da Terceira Idade



Fonte: <http://www.contagem.mg.gov.br>

8.1.5 Guerreiras da terceira idade

O grupo em 2004, na época ainda sem denominação, iniciou suas atividades através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que tem como

objetivo promover à população acesso aos seus direitos e contribuir na melhoria da qualidade de vida, reuniu um grupo de mulheres idosas com o intuito de promover palestras e atividades físicas para a promoção da saúde. Logo com o aumento do número de participantes, o espaço do CRAS já não comportava as atividades sendo transferidas para o salão da igreja católica do bairro.

Com a inauguração do Parque dos Amendoeiras em 2012, o grupo já batizado de guerreiras da terceira idade, deu sequência as suas atividades no local. E atualmente além das palestras e atividades físicas o grupo também tem aulas de artesanato, momentos de confraternização, festas, bingo, participam de eventos organizados pela Prefeitura de Contagem e ajuda instituições e pessoas carentes.

Figura 14 – Encontro do Grupo Guerreiras



Fonte: <http://www.contagem.mg.gov.br>

8.1.6 Voluntários

Professor de Capoeira

Percebendo a necessidade de esporte e cultura para as crianças da região o professor, morador do bairro, se dispôs a ministrar aulas de capoeira visando atender o público infantil e carente. Crianças que estão vulneráveis a todos os tipos de situação, principalmente a criminalidade e sedentarismo.

Professor de ginástica

Ex gerente do parque, ao iniciar seu trabalho para desenvolver projetos de esporte no parque, identificou que apenas um grupo permanecia ativo no local, o Guerreiras da Terceira Idade, mas a prefeitura tinha dificuldade de manter os profissionais para atendê-las. Para que o grupo não viesse a acabar, assumiu o compromisso de ministrar uma aula semanal para o grupo até que conseguissem profissionais junto a prefeitura. Atualmente mesmo com outros projetos o voluntário permanece ofertando suas aulas semanalmente.

8.2 A GESTÃO DOS PROJETOS

A universalização do lazer como política pública esbarra em entraves cruciais no planejamento, realização, avaliação e continuidade desse processo, principalmente de respaldo político e, decisivamente, de ações competentes e qualificadas na gestão do projeto.

Segundo Brito (2017, p. 77)

Muitas vezes as políticas públicas de lazer não são efetivadas, quando o discurso não condiz com a realidade observável e o foco se torna a realização de outros objetivos na gestão. O lazer se torna uma massa de manobra política ou instrumento de controle social desconectado da realidade do país, servindo para garantir o *status quo*.

É possível identificar tal apontamento nas falas dos entrevistados

Precisei afastar da gerência do parque, pois lá tem uma questão política muito forte sabe?! Por isso que a coisa não se dá melhor. (A1)²

Ali tem muita vaidade, picuinha. Quando você é nomeado por um setor do governo e tem uma pressão e outros pedem para que você não aceite o confronto, umas coisas que deixam a gente que é da área do esporte meio adoentado, porque nós não queremos vender a nossa ideia, apenas tocar ela para todos. Infelizmente é essa situação da política e do esporte, aonde tem o benefício e aonde ele não é um benefício, mas é imposta como um benefício. (A1)

Trabalhei na campanha do prefeito atual, sou mais um líder comunitário, trabalho com a política já tem vários anos. Através de um candidato a vereador do bairro (ex-gerente do parque) fui indicado. Estou no parque tem 8 meses, sou lotado na Secretaria do Meio Ambiente, preferi o parque para trabalhar por ser próximo da minha casa e vendo como que o parque estava. Agora tentando com a prefeitura e os órgãos competentes a valorizar mais o parque. (A2)

No início, há dois anos e meio, encontrei um pouco de resistência, batia na porta encontrava sempre uma direção nova, há muita troca de direção, aí

² A1: Corresponde ao entrevistado e numeração designado por ele.

eles não davam muita ideia, mas até entendo, pois a copeira é vista por muitos como uma coisa que não tem importância. Aí recentemente um rapaz que estava tomando conta do parque foi atrás de mim, me convidou aí eu retornei. Tenho medo de deixar os meninos, amanhã ou depois alguém chegar aqui para mim e dizer: você não pode dar aula aqui não. Aí você volta depois de certo tempo e vê que a sala tá parada, tá vandalizada, entregue aos cachorros, entregue a pichação. (A3)

O relacionamento tem que ter, a boa vizinhança, às vezes muda o gerente do parque, mas temos a vereadora Glória da Aposentadoria que tem uma voz ativa e nos auxilia na solicitação de melhorias para o local. (A4)

A prefeitura olhou com outros olhos, pois éramos um grupo participativo. (A5)

As pessoas precisam se conscientizar a respeito de política. A gente vive da política, precisamos colocar gente de dentro (da região) para ver nossos problemas. Prefeitura é um bolo, se não tiver ninguém para comer um bolo você fica sem. Aquele bolo que sobrou e que era seu vai ser repartido. (A5)

Para isso Maia (2003 *apud* BRITO, 2017, p.85) sugere que sejam desenvolvidas políticas públicas

[...] na perspectiva de o estado atender as demandas sociais, portanto, [que sejam] expressão de compromisso do poder público perante a sociedade, compromissos estes que devem ultrapassar os palanques eleitorais, os programas de campanhas dos candidatos e ser concretizados na prática social real. É mediante as políticas públicas que são distribuídos os bens e serviços públicos, minimizando as diferenças econômicas e socializando os direitos sociais.

A ausência de participação da população no processo de concepção, operacionalização e acompanhamento das políticas públicas faz com que muitas vezes nem saiam do papel, e quando saem são socialmente limitadas e pouco representativas. É importante ampliar reflexões e ações fundadas nos benefícios que as experiências de lazer geram para a vida dos sujeitos, tanto na esfera pessoal, como na social, cultural e política para a participação popular nas decisões tomadas para a área. (Brito, 2017)

Para Bramante (1995 *apud* BRITO, 2017, p.81) “cabe a União o papel normatizador e facilitador da educação de todos os segmentos da população para que possam, nas experiências de lazer, descobrir possibilidades de desenvolvimento pessoal e de interação social”.

A educação para e pelo lazer pode trazer efetivamente a melhoria na qualidade de vida, a partir do momento em que ela gera o desenvolvimento integral dos cidadãos. Não basta que as políticas sejam constituídas e estabelecidas, necessita-se de uma ação de valorização do lazer, enquanto política social geradora de programas (Meniccuci, 2008 *apud* COUTO, 2011) para a população, ou seja, o

cidadão precisa ser convencido deste direito, precisa ter tempo e espaços definidos de forma que o direito ao lazer que lhe é garantido pela constituição seja efetivado.

Pinheiro (2003 *apud* BRITO, 2017) destaca que uma política pública democrática seria aquela na qual todos os setores da população, pudesse de fato participar da construção na totalidade de suas instâncias: planejamento, decisão, execução, fiscalização e avaliação.

Ao perguntar aos entrevistados sobre o processo de participação popular no projeto ou atividade, obtive as seguintes respostas:

Nós temos atividades gratuitas e vejo dificuldade na fidelidade do público que tira a oportunidade de outra pessoa. O profissional disponibiliza tempo, planeja o trabalho e o beneficiado não pode simplesmente interromper a continuidade do trabalho. (A4)

É bacana quando a comunidade trabalha junto com você (projeto) usa, utiliza, interação, todos juntos e misturados. Os beneficiários são muito carinhosos e também muito carente de afetos, procuram o projeto muitas vezes apenas para conversar, traz bolo, conta as dores da vida. (A4)

Escolhi o público infantil por causa da fidelidade, a criança é verdadeira, se ele não gostar da aula ele não vem, ele reclama com o professor, ele pede: vamos fazer isso, vamos fazer aquilo outro e isso dá um incentivo maior. (A3)

Publicidade, dar visibilidade ao parque e divulgação das atividades que acontecem lá e também promover outras atividades, teve um período que nós promovemos um espaço cultural, fizemos uma feira bacana, tivemos música ao vivo. Inclusive agora estou conversando com o projeto vida, em nome da regional, para que possamos implantar uma seresta as sextas, e fazer com que as pessoas não fiquem dentro de casa, que elas vão para a rua ocupar o espaço que é delas, porque se elas não ocuparem o “aleigo” ocupa, aí é ocupação irregular, a ocupação aleatoriamente pode ser perigo e transmite insegurança. (A6)

Conforme a demanda da população a gente vai se adequando, a gente escuta o que a população está falando, por exemplo: a capina do local, a questão da iluminação, a gente vai até as secretarias e pede para priorizar aqueles locais por questão das aulas e porque a população está pedindo. (A7)

Os projetos que estamos tentando implementar é para trazer o máximo possível da comunidade para dentro do parque, a gente quer que a comunidade abrace mais o espaço público, tem muita gente na região que não conhece o espaço. A população aqui era de usuário de droga, o parque estava degradado, os banheiros quebrados, não tinha bebedouro, a área de piquenique era mato e sujeira. Como era o parque e como tá hoje, a população acaba abraçando a causa, acaba vindo mais. Gosto de ver a população, as crianças, a igreja, o espaço é liberado para missas, tanto os evangélicos quanto os católicos, o espaço é de todos.

É prazeroso ver as pessoas utilizando o espaço que você tá ajudando a cuidar principalmente quando vejo as crianças de escolas vindo para fazer piquenique, é gratificante ver os pais trazendo os filhos para brincar. (A2)

É notório diante destas falas que a participação da comunidade é reduzida apenas a execução dos programas e atividades já pré-definidas. O que muitas vezes desmotiva a população por não atender a sua real necessidade.

É preciso ter cautela para que a participação popular não signifique um espaço para que entidades populares disputem o controle e a destinação de verbas públicas. Pensando a gestão do lazer no Brasil, como destacam Pinto e Gomes (2009 *apud* COUTO, 2011) houve um avanço significativo, entretanto o foco centraliza-se ainda no estabelecimento do financiamento dos programas, não na humanização e na democratização do acesso dos sujeitos de todas idades, gêneros, camadas sociais, e etnias às oportunidades de lazer.

Miranda (2001 *apud* BRITO, 2017) salienta que essas políticas muitas vezes são políticas de “programas”, na maioria das vezes com caráter clientelista e burocrático, nos quais a assistência dada a esses programas varia de acordo com os arranjos políticos. É comum vermos a imposição de determinadas programações e horários, definidos em função da disponibilidade dos técnicos sem que o público-alvo seja consultado.

De acordo com Azevêdo (2017), projetos inconsistentes, pouco criativos e restritivos, de curta duração e elaborados por pessoas não capacitadas prejudicam a saúde da população na medida em que as pessoas interrompem suas atividades, retomam ao sedentarismo e, muitas vezes, não encontram motivação para voltar às práticas quando surgem novas ações de lazer. Pode verificar nesse processo o que denominamos “gangorra da atividade física” (AZEVEDO, 2017, p.36), caracterizada pela alternância de momentos em que as atividades são oferecidas, com outros em que os projetos são paralisados, o que conseqüentemente faz que apenas parte dos praticantes retorne à atividade.

Identificamos a “gangorra da atividade física” na fala de um dos entrevistados:

Mas com as trocas de prefeito, o princípio de ano é sempre confuso até encaixar, arrumar os professores. Já tivemos vários professores voluntários, que dava aula quando não tínhamos projetos da prefeitura para nos atender. A5

Os projetos bem planejados, criativos, que buscam a universalização e são desenvolvidos por profissionais qualificados, tendem a se perenizar e interferem positivamente na saúde dos praticantes, posto que os efeitos benéficos são

progressivos, duradouros e contagiam mais e mais indivíduos a adotar um estilo de vida ativo. Segundo Azevêdo (2017) há, portanto, a necessidade de capacitação de gestores públicos do lazer, que sejam profissionais (a) habilitados a empreenderem ações gerenciais no desenvolvimento de políticas públicas e (b) com conhecimentos substanciais sobre o lazer, desde seus aspectos históricos, passando pelo impacto social que produz, culminando em suas contribuições para o desenvolvimento das pessoas.

O processo de gestão deve assegurar a eficiência na execução do projeto e apresentar prestação de contas dos resultados obtidos para que sejam fonte indutora de sua continuidade.

Percebemos que no desenvolvimento de políticas públicas para o lazer, o processo de definição e execução fica concentrado em pessoas que não possuem o conhecimento e a qualificação compatíveis para a realização do projeto.

Em relação ao conhecimento profissional e a qualificação dos entrevistados, foi detectado as seguintes situações:

Como gerente do espaço público, Parque dos Amendoeiras, todos foram indicados ao cargo por estarem envolvidos com política partidária. Apenas um tinha formação profissional, professor de Educação Física, outro gerente atuava como cabeleireiro e era um líder comunitário que já havia sido candidato a vereador e o atual gerente era um líder comunitário que sempre atuou na política.

Como coordenadores de projetos identificamos professor de Educação Física, estudante de Gestão do Terceiro Setor, Líderes comunitários indicados a cargos públicos, Fisioterapeuta, vale ressaltar que todos estes atuam na coordenação por indicação de políticos ou daqueles que tem relação direta com a política. Apenas aqueles com formação em Magistério e graduado em capoeira são voluntários na sua atuação.

Segundo Tavares (2006 *apud* Azevêdo, 2017, p.34) “políticas públicas voltadas ao lazer tem sido alvo de críticas porque, além de desconsiderarem conhecimentos técnicos da gestão de projetos sociais, são motivadas por ações oportunistas e acabam não se efetivando como agentes de transformação social.” De acordo com o autor percebe-se pouca preocupação e despreparo de muitos políticos e gestores com os resultados de um projeto social, por entenderem que os prejuízos provenientes de uma má elaboração e um incorreto desenvolvimento não devem ser contabilizados.

Uvinha e Stoppa (2014 *apud* AZEVÊDO, 2017) ressaltam a importância das investigações sobre as competências necessárias para uma atuação eficiente e multiprofissional na gestão do lazer em diferentes segmentos.

Bramante (1995 *apud* AZEVÊDO, 2017), salienta que na formulação de políticas públicas do lazer é relevante a seleção e desenvolvimento de pessoas técnicas e agentes voluntários que darão sustentação a execução. Também necessário às formações e atualização profissional que visam a disseminação do conhecimento da área de lazer, assim como a orientação do corpo técnico sobre a política a ser implantada.

No desenvolvimento de políticas públicas de lazer deve ser atribuído valor à gestão qualificada e competente, visando sempre à garantia de perenização dessas políticas. É necessário realizar uma mudança conceitual e passar a enxergar relevância no comportamento administrativo fundamentado em modernas técnicas e acompanhado de atitudes que possam reduzir os riscos e aumentar as possibilidades de sucesso do processo a ser desenvolvido.

Outro importante aspecto na gestão dos projetos é a necessidade de monitoramento e avaliação consistentes. Carneiro (2004 *apud* COUTO; COUTO, 2011, p.83) afirma que “somente um estudo avaliativo é capaz de estabelecer a pertinência, a adequação e o êxito de determinada estratégia”.

Quando perguntado aos entrevistados sobre a forma de monitoramento e avaliação dos projetos, muitos dos entrevistados não souberam responder, alguns demonstraram não compreender a real necessidade de monitoramento e avaliação:

Temos a dificuldade do acompanhamento e do histórico médico de todo esse público que vem frequentar o espaço.

As aulas são bastante recreativas, funcional, coordenação motora, tendo todo o cuidado por não ter o histórico médico desses alunos, nosso conselho (CREF) nos alerta muito para isso, mas fica difícil você excluir essas pessoas que querem estar envolvidas com o grupo, não temos como ter esse controle de todos aqueles que estão no parque. (A1)

Os beneficiados do projeto passam por uma assistente social que avalia a real necessidade de ajuda. (A4)

A gente acompanha como pode, porque muitos idosos acabam não sendo regulares no baile devido a problemas de saúde, questão pessoal também porque hoje em dia muitos avós olham os netos e também existem os casos de falecimento. A gente até pergunta quando sente falta de um ou outro, no mais é isso. (A6)

Não fazemos nenhum acompanhamento, elas vêm a medida que podem, ou acabam escolhendo fazer as aulas que mais gostam. Muitas somem as

vezes, porque a filha vai casar, ou teve filho, ou está cuidando do neto, ou de algum parente na família. O meu acompanhamento mesmo são as atas que faço nas nossas reuniões. (A6)

Vale ressaltar, que em alguns casos, a administração pública oferece tal serviço, porém não continua monitorando e avaliando sua ação. Esse acompanhamento oferece respaldo sobre como a população está ou não utilizando e se é realmente uma demanda por parte daquele local.

Apenas o coordenador de um projeto demonstrou conhecimento sobre estes princípios do marco da gestão, apresentando em seu plano de trabalho os itens monitoramento e avaliação bem como os resultados esperados.

Sim, fazemos o acompanhamento inclusive faz parte do nosso plano de trabalho. Geramos os dados desse monitoramento e avaliação e junto com a Secretaria de Saúde avaliamos se o nosso programa tem sido efetivo na promoção à saúde. (A7)

Segundo Boduki (2011 *apud* COUTO; COUTO, 2011, p.85):

O desenvolvimento de um processo contínuo de avaliação das políticas públicas é absolutamente indispensável. Trata-se de um dos principais instrumentos para o planejamento das ações do governo, para a racionalização na utilização de recursos e a revisão das diretrizes e normativas que orientam os programas públicos, podendo garantir um processo permanente de aperfeiçoamento dos projetos sociais.

O marco organizacional, que é muito importante na gestão, por definir a distribuição de responsabilidades e capacidades decisórias entre os âmbitos e níveis, os mecanismos de coordenação e a definição dos processos de trabalho. Ele é a sustentação do projeto, importante para clarear a todos os interessados quais são os elementos desse processo, pois define as atribuições, responsabilidades e poder na execução da iniciativa.

O marco organizacional demonstra em que medida cada um responde pela sua ação e se essa estrutura é capaz de conduzir o projeto de modo que ele consiga atingir seus objetivos, ele é praticamente inexistente nos projetos pesquisados.

Diante das tentativas em identificar, localizar e agendar as entrevistas ficou muito claro a falta de estrutura organizacional de todos os projetos. Não se tem clareza sobre a distribuição de responsabilidades, não há hierarquia. A seguir, apresento como exemplo um dos projetos:

Um líder comunitário indicado para um cargo público movimentou a regional Nacional para que intervisse junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico com

autorização da Secretaria de Meio Ambiente para realização do projeto no Parque dos Amendoeiras. Hoje o gerenciamento do projeto foi terceirizado e é, teoricamente, gerenciado por uma organização não governamental, mas em contato com a referida organização fui informada que o coordenador do projeto é o líder comunitário que iniciou todo o processo para que o projeto acontecesse. O projeto está ligado à associação apenas por questões burocráticas.

Sobre o Parque dos Amendoeiras, onde deveria ter como objetivo fundamental a preservação do direito à cidade e o acesso público a esses importantes espaços de construção da cidadania e garantia de direitos, o que temos observado é que ocorrem muitas dificuldades orçamentárias, já que não há nenhuma cota do orçamento público destinada especificamente a este setor.

Segundo Pacheco (2017) no modelo de gestão direta, quando o parque urbano é administrado diretamente por uma entidade do governo municipal, existe uma deficiência de verba destinada para o local. Mas não deveria ser impedimento para elaboração de melhores políticas de uso caso houvesse um esforço real de intersectorialidade que considerasse o aporte de recursos para realização de atividades nos parques executados por parte dos departamentos e secretarias de Educação, Cultura, dentre outras.

Segundo Turino (2005 *apud* Brito, 2017, p.79):

Dar como solução apenas maior oferta de equipamentos de lazer não resolve o problema. São notórios casos em que quadras esportivas, pistas de skate ou salões sociais, construídos sem o necessário acompanhamento, sem programação dirigida ou manutenção permanente, antes de se transformarem em espaços integrados, são áreas que se degradam, tornando-se espaço de segregação, discórdia e violência.

Em face disso, a criação de políticas públicas capazes de melhorar os equipamentos de lazer de uma cidade e, até mesmo criar outros novos, são direitos da sociedade. Marcellino afirma que “[...] democratizar o lazer implica democratizar o espaço. E se o assunto for colocado em termos da vida diária, do cotidiano das pessoas, não há como fugir do fato: o espaço de lazer é o espaço urbano” (MARCELLINO, 2002 p. 25). Assim, o poder público deve agir nessa direção, porém Muller (2002) entende que é preciso, também, que a comunidade assuma sua parcela de responsabilidade numa espécie de cogestão.

Leite (2002 *apud* ABADE, 2016) diferencia espaço urbano de espaço público, afirmando que o espaço urbano só se torna público quando é investido de significação. Quando as ações atribuem sentidos de lugar e pertencimento a certos espaços urbanos, e, de outro modo, essas espacialidades incidem igualmente na construção de sentidos para as ações, os espaços urbanos podem se constituir como espaços públicos: locais onde as diferenças se publicizam e se confrontam politicamente.

Em relação a escolha do local para desenvolver os projetos e atividades, bem como a condição e manutenção do local os entrevistados apontaram que:

Foi escolhido por ser pouco utilizado. O projeto foi pioneiro em ocupar o Parque dos Amendoeiras, identificando o público e a carência de atividades no local. Após autorização do setor responsável pelo parque. O uso do espaço público é um direito, mas as pessoas não entendem esse direito, quebram e danificam. Eles tinham reformado e hoje está bem destruído. E é um espaço muito bonito, muito bacana. O povo não tem consciência. O poder público faz a parte dele, conserva, a gente pede reparo, encaminha ofício para regional Nacional, às vezes demora pela burocracia e trâmite. Mas cabe as pessoas terem consciência que precisa conservar. (A4)

Espaço muito bom e está até mal utilizado. A capoeira necessita de espaço, sem tatame, chão liso me atende. Preciso de banheiro e bebedouro de água. (A3)

O parque é um local próprio, visivelmente muito bonito, muito legal, é um espaço amplo, grande, com muitas opções, oferece uma estrutura melhor no que tange entre todos os sentidos e está sob jurisdição da Regional, tendo a gerência na Secretaria do Meio Ambiente. Também por ser um eixo de bairro, Amendoeiras, Nossa Senhora da Conceição, Pedra Azul, Nacional, ficava bem central e por esse motivo foi definido. O Parque é muito bonito e está em condição de uso, mas requer e precisa de uma manutenção, na estrutura, piso, cuidar um pouco mais, está cuidado mais não é o suficiente. E por o espaço ser muito grande, a prefeitura hoje trabalha com o caixa reduzido, dificuldade do repasse de verba do Estado, são muitas áreas que tem que atender, não é só lazer e cultura são várias áreas. O parque, ele tem a estrutura, tem condições de funcionar, mas pode ser melhorado. (A6)

Seleção feita a partir de visitas onde foi feita uma avaliação do local na questão da estrutura, iluminação e segurança. Durante a visita ao Parque dos Amendoeiras, nós identificamos que era um ótimo local, por ser público principalmente, pois a gente prioriza locais públicos, a questão de ser uma quadra coberta porque em dias de chuva poderia ter aulas, a questão de ter banheiro e ponto de água também, pois na maioria das praças não tem. Um local com toda essa estrutura é totalmente adequado. (A7)

Para manutenção, capina, limpeza, temos algumas pessoas que pagam pena alternativas parceria com a CEAPA, incluindo os jovens de novo na sociedade, eles fazem uma prestação de serviço, capina, lavam o a

banheiro, varrição, aí o coeficiente de pessoas acabam aumentando. Pois na realidade de funcionário o parque só tem eu, a Lúcia da limpeza e o Maswel. Com essa parceria a gente consegue levar o parque para frente.

A comunidade tinha que abraçar mais a causa no sentido de ver alguém depredando, avisar ou ligar para a guarda municipal ou polícia militar, porque o espaço não é da prefeitura, não é da secretaria do meio ambiente, é do povo, então quando o povo abraça a causa aí vai para frente. Igual aquele ditado uma andorinha não faz verão, mais se juntar todo mundo aí sim.

A secretaria do meio ambiente está para dar uma revitalização geral no parque prevista para entre o final de maio até início de junho, vai ficar lindo para todos usufruir e as deficiências serão sanadas, como um telhado com goteira, poda de árvore, capina, e vamos com tudo abraçar a causa, trazer a população para dentro do parque para usufruir e ajudar a zelar. (A2)

O direito ao lazer no parque dos Amendoeiras tem sido alvo de objetivos políticos. O planejamento, realização, avaliação e continuidade das políticas públicas de lazer do local não atende as demandas da comunidade. Existe a ausência de participação no processo de concepção, operacionalização e acompanhamento destas políticas. Há despreparo de políticos e gestores à frente das políticas de lazer bem como falta de estrutura organizacional nos projetos desenvolvidos no parque, local que deveria ser espaço de construção de cidadania e garantia de direitos.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises dos dados mostraram que a gestão do parque dos Amendoeiras é feita pela Prefeitura, tendo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável como órgão gestor do espaço. Os projetos de lazer são desenvolvidos a partir de parcerias entre a gestão pública municipal e instituições ou grupo de pessoas.

Para desenvolvimento de políticas públicas no espaço público urbano uma gestão de lazer eficaz traz benefícios à saúde e ao bem-estar da sociedade. E é imprescindível a qualificação dos gestores que planejam e desenvolvem políticas públicas para o lazer a fim de obter melhores resultados.

O diagnóstico de lazer é uma atividade essencial que almeja propósitos efetivos, iniciando pela obtenção de informações, conhecendo a dinâmica social, a situação atual do local, ou seja, saber a realidade, os interesses e as aspirações da população. Com isso se consegue analisar, elaborar e implantar políticas públicas

que se aproximem da realidade existente e não iniciativas pontuais e desvinculadas das verdadeiras necessidades sociais.

O poder público não pode se omitir em relação a políticas públicas que viabilizem melhores condições de lazer, e sim pensar estratégias de planejamento que insiram a participação da sociedade civil, como colaborador dessas políticas.

Foi detectado que a gestão não é participativa, pois não existe o chamamento da sociedade para participar de planos ou ações que venham a ser desenvolvidos no parque. A Prefeitura apenas avalia as solicitações feitas por instituições ou grupos que queiram usar o espaço.

Deve-se, portanto, ampliar e garantir a participação popular neste espaço de lazer através de conferências, fóruns, conselhos de lazer e orçamento participativo, no intuito de estabelecer um local contextualizado que envolva os cidadãos para debater sobre as suas carências, buscando soluções para seus problemas.

Os espaços públicos de lazer devem ser entendidos pelo poder público, não como um espaço limitado, mas como um local que possa haver possibilidades de apropriação, oferecendo aos seus usuários, diversidades de experiências, que ofereçam aos sujeitos uma ressignificação dos espaços, fazendo com que os mesmos, possam entender a importância dessas práticas para o desenvolvimento de suas relações sociais.

Faz-se importante melhorar a integração com órgãos e instituições locais, quer em busca de apoio político, ou de recursos para a manutenção e ampliação da ação e também do espaço público urbano, colocando em foco as demandas da sociedade e não os desejos de políticos.

Por fim, este estudo contribui para ampliar as discussões relacionadas a gestão do lazer ligadas às instituições públicas, associações e ONGs com o intuito de mobilizar novas estratégias de ação e intervenção dos diversos setores associados ao lazer.

REFERÊNCIAS

ABADE, Natascha Stephanie Nunes. *As Academias a Céu Aberto em Belo Horizonte: interfaces entre lazer e saúde*. 2016.

AREIAS, Keni Tatiana Vazzoler; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. As políticas públicas de lazer na mediação entre estado e sociedade: possibilidades e limitações. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 33, n. 3, p. 573-588, 2011.

AZEVÊDO, Paulo Henrique. **Gestão profissional para o desenvolvimento de políticas públicas de qualidade para o lazer e esporte**. AZEVÊDO, Paulo Henrique. BRAMANTE, Antônio Carlos. *Gestão estratégia das experiências de lazer*. Curitiba: Appris, p. 31-44, 2017.

BAHIA, Mirleide Chaar et al. *O lazer e as relações socioambientais em Belém-Pará*. 2012.

BOLETIM DE INFORMAÇÕES E DADOS URBANO. Disponível em: http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/downloads/bidu_6.1.pdf. Acesso em maio 2019

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Tecnoprint, 1988.

BRITO, Gustavo André Pereira. **Políticas públicas de lazer: discutindo sua construção**. AZEVÊDO, Paulo Henrique. BRAMANTE, Antônio Carlos. *Gestão estratégia das experiências de lazer*. Curitiba: Appris, p. 73-92, 2017.

CASTELLANI FILHO, Lino. *Gestão municipal e política de lazer*. **Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 119-135, 2006.

Contagem (MG). Prefeitura. 2013. Disponível em: <http://www.contagem.mg.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2019.

COUTO, Ana Cláudia Porfírio; Couto, Maurício de Azevedo. **A gestão de projetos sociais e lazer**. SILVA, Silvio Ricardo da. *Estudos do Lazer: um panorama*. Rio de Janeiro: Apicuri, p. 81-95, 2011.

DA SILVA, Emília Amélia Pinto Costa et al. *Espaços públicos de lazer na promoção da qualidade de vida: uma revisão integrativa*. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 16, n. 2, 2013.

DA SILVA CASTRO, Vandacy; CASTRO, Cleber Augusto Trindade. *A Gestão Pública do lazer em espaços públicos urbanos: um estudo de caso da Praça do Operário, no município de Breves-PA*. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 2, n. 3, p. 139-158, 2015.

DA SILVA FILHO, João Batista Rodrigues; DOS SANTOS, Mauro Augusto; ANTONIETTO, Destter Álacks. 07) Políticas Públicas de Lazer: Reflexões a partir de um Estudo de Caso em Governador Valadares-MG. **Revista Brasileira de Educação e Cultura| RBEC| ISSN 2237-3098**, n. 15, p. 114-128, 2017.

DE ABREU TEIXEIRA, Juliana Cristina; DA SILVA, Luciano Pereira; DA SILVA, Marcia Pereira. Presença do Lazer no Orçamento Participativo Regional de Belo Horizonte-1994 a 2013/2014. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 20, n. 4, p. 261-284, 2017.

FEDERAL, Senado. Estatuto da Cidade. **Guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília**, 2001.

GOMES, Christianne L. Estudos do Lazer e geopolítica do conhecimento. **Revista Licere**, v. 14, n. 3, p. 1-25, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/contagem/panorama>. Acesso em: 20 maio 2019.

MARCELINO, Nelson Carvalho. O lazer e os espaços na cidade. ISAYAMA, Hélder Ferreira; LINHALES, Meily Assbú. **Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Editora UFMG, p. 65-92, 2006.

MENICUCCI, Telma. **Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos**. ISAYAMA, HF, LINHALES, MA Sobre Lazer e Política: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 136-164, 2006

PACHECO, do Tadeu Boscolo. **Parques de Brasília/DF: Alguns apontamentos sobre formas de estratégicas de gestão do uso público**. AZEVÊDO, Paulo Henrique. BRAMANTE, Antônio Carlos. Gestão estratégica das experiências de lazer. Curitiba: Appris, p. 161-172, 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM. Disponível em: <http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/doc/2926doc-e.pdf>. Acesso em: 01 junho 2019.

SALDANHA-FILHO, Matheus. Formulando políticas públicas do esporte e lazer no âmbito da cidade. In: **Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE)**. 2003.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; DE SOUZA, Juliano; MARCHI JUNIOR, Wanderley. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma proposta teórico-metodológica de análise. **Movimento**, v. 17, n. 3, 2011.

SILVEIRA, Juliano. Considerações sobre o esporte e o lazer: entre direitos sociais e projetos sociais. **Licere**, v. 16, n. 1, p. 1-22, 2013.

VIEIRA, Flávia Gonzaga Lopes. **Espaços públicos de lazer no centro de Curitiba: a transformação da cidade urbana para cidade humana**. 2010. Tese de

Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação Física)–Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.